



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
Conselho de Assuntos Legislativos - CAL

Boletim CAL 12
Brasília, 06 de maio de 2011

Senado Federal

a) PLS 77 de 20202 - Exigência de certidão negativa de débito trabalhista - Projeto de autoria do então senador Moreira Mendes (PPS/RO) está em fase final de tramitação. Na Câmara foi aprovado substitutivo que ameniza o rigor do texto do Senado. O projeto encontra-se na CAS com o relator senador Casildo Maldaner (PMDB/SC) com parecer favorável ao texto da Câmara. Há muita pressão do Tribunal Superior do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Justiça para que o projeto seja aprovado, na forma do substitutivo da Câmara.

A matéria encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais – CAS e não foi votada nessa semana em virtude da ausência do relator. A assessoria da CNI/COAL havia encaminhado pedido de vista, caso fosse o projeto fosse a voto.

b) PLS 714/07 - Logística reversa para pilhas e baterias usadas. O relator na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, é o senador Eduardo Amorim (PSC/SE). A assessoria da CNI/COAL manteve contato com o chefe de gabinete do senador, Sr. Luno, deixando o posicionamento da CNI contrário ao projeto. Retornaremos na semana que vem juntamente com a ABINEE para audiência com o relator.

c) PLS 522/07 - Ausência ao trabalho sem prejuízo do salário. O projeto é da autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e autoriza o empregado a faltar até sete dias anuais, sem prejuízo do salário, quando contar com mais de um ano de serviço e for responsável por pessoa portadora de deficiência. Quando o empregado for o único responsável pelos cuidados de pessoa portadora de deficiência, o prazo previsto é ampliado para até 14 dias, hipótese em que os dias que excederem o prazo originalmente previsto poderão ser deduzidos do período de férias.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
Conselho de Assuntos Legislativos - CAL

A matéria está na CAS com o senador Lindbergh Farias (PT/RJ). Procuramos a assessoria do senador Armando Monteiro (PTB/PE) sugerindo a formulação de voto em separado com substitutivo.

d) PLS 252/09 - Representação do trabalhador na empresa. O projeto assegura, no âmbito das empresas em que haja, por estabelecimento, filial ou unidade, mais de duzentos empregados, a eleição de um representante e um suplente, com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

A matéria está na Comissão de Assuntos Sociais - CAS, com o relator senador Cícero Lucena (PSDB/PB). Solicitamos audiência ao Senador para levar a posição da CNI.

e) PDS 593/10 - Ponto Eletrônico. Susta os efeitos da Portaria 1.510, do MTE, publicada no DOU de 25/8/2009, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP). O SREP é definido, pela Portaria, como o conjunto de equipamentos e programas informatizados destinado à anotação, por meio eletrônico, da entrada e saída dos trabalhadores das empresas. Exige-se dos empregadores que optarem pelo SREP, a utilização do Registrador Eletrônico de Ponto (REP), vedados outros meios de registro.

A matéria encontra-se na Comissão de Justiça – CCJ e será relatada pelo Senador Armando Monteiro (PTB/PE).

f) Reunião com o Senador Lindbergh Farias: as partes interessadas na qualificação profissional das pessoas com deficiência participaram de reunião convocada pelo Senador Lindbergh Farias (PT/RJ) na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que ele preside. Participaram representantes do Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, CONADE, Confederação Nacional da Indústria - CNI, Confederação Nacional do Transporte - CNT, Confederação Nacional do Comércio - CNC, ONGS, dentre outras pessoas interessadas no assunto. A CNI foi representada pela assessoria CNI/COAL.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
Conselho de Assuntos Legislativos - CAL

Câmara dos Deputados

Nesta semana a CNI atuou na Câmara dos Deputados em proposições relevantes para a Indústria:

Líder do PSB recebeu posicionamento da CNI à MPV 517/2010 que trata entre outros assuntos da prorrogação por mais 25 anos da RGR – Reserva Global de Reversão. A líder do PSB, deputada Ana Arraes- PSB/PE recebeu da CNI a solicitação de apoio para suprimir texto que prorroga a RGR por mais 25 anos. Durante a reunião demonstrou entendimento da matéria e colocou-se à disposição para promover uma conversa entre líder do governo e do PT com a CNI no sentido de acordarem escalonar a extinção da cobrança, visto que já foram apresentadas emendas por outros parlamentares sugerindo o escalonamento em até cinco anos.

Projetos relevantes para a Indústria tiveram designação de relatoria nesta semana:

PL 2421/07 – Responsabilidade do tomador de serviços pelo PPP dos empregados terceirizados, de autoria do deputado Nelson Pelegrino- PT/BA. Encontra-se na Comissão de Seguridade Social e Família- CSSF, sob a relatoria do deputado Darcísio Perondi-PMDB/RS. Após a designação da relatoria, o parlamentar recebeu posicionamento da CNI contrário a matéria.

PL 4972/09 – Ressarcimento ao SUS das despesas com vítimas de acidente de trabalho, de autoria da deputada Rebeca Garcia- PP/AM. Encontra-se na comissão de Seguridade Social e Família- CSSF, sob a relatoria do deputado Darcísio Perondi-PMDB/RS que recebeu posicionamento contrário da CNI a matéria, sinalizando sua concordância com a Indústria.

PL 2312/00 - Saque do FGTS para pagamento de anuidade escolar, de autoria do deputado Ricardo Noronha- PMDB/DF. Em tramitação na comissão de trabalho, administração e serviço público- CTASP onde aguarda decurso de prazo para recebimento de emendas. Foi designado relator da matéria deputado Alex Canziani- PTB/PR, que recebeu a posição contrária da Indústria ao projeto.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
Conselho de Assuntos Legislativos - CAL

PL 935/07 - Revezamento de empregadas nos locais de amamentação mantidos pelas empresas, de autoria da deputado Iris de Araújo –PMDB/GO, em tramitação na comissão de trabalho, administração e serviço público- CTASP onde aguarda decurso de prazo para recebimento de emendas, sob a relatoria do deputado Laércio Oliveira – PR/SE. O parlamentar recebeu posicionamento da CNI contrário à matéria.

PL 5930/09 - Inaplicabilidade da Lei de Arbitragem às relações individuais de trabalho, de autoria do deputado Carlos Bezerra- PMDB/MT, em tramitação na comissão de trabalho, administração e serviço público- CTASP, onde aguarda decurso de prazo para recebimento de emendas desde 05/05/2011. O relator recentemente designado deputado Sandro Mabel – PR/GO solicitou à CNI posicionamento para subsidiar seu parecer, o qual consubstancia-se de fundamentos contrários à matéria.

PL 7212/10 - Ampliação do rol de doenças do trabalho, de autoria do deputado Ricardo Berzoini – PT/SP. Tramita na comissão de trabalho, administração e serviço público- CTASP, onde aguarda abertura de prazo para recebimento de emendas desde 03/05/2011. O projeto recebeu da CNI posicionamento contrário, cujo teor foi encaminhado ao relator deputado Ronaldo Nogueira.